



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

**INSTRUÇÃO Nº 2560**

**Dispõe sobre procedimentos  
para a interrupção de registro  
profissional.**

**O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, alínea "k", da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e o inciso XIX do art.90 do Regimento do Crea-SP

Considerando o disposto nas Leis Federais nº 5.194, 24 de dezembro de 1966, nº 7.410, 27 de novembro de 1985, nº 12.378, 31 de dezembro de 2010, que cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e nº 12.514, 28 de outubro de 2011, que dentre outras trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral;

Considerando o disposto na Resolução nº 1.007, de 05 de dezembro de 2003, do Confea, que dispõe sobre o registro de profissionais, em especial seu Capítulo V, referente à interrupção de registro profissional;

Considerando a Resolução nº 1.004, de 27 de junho de 2003, que dispõe sobre o registro de profissionais, e nº 1.008, 9 de dezembro de 2004, que dispõem sobre procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos éticos e de infração, ambas do Confea,;

Considerando a Resolução nº 1.025, de 2009, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica e o Acervo Técnico Profissional, em especial seu Capítulo I Seção II, que disciplina os procedimentos relacionados a baixa de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;

Considerando a necessidade de introdução de aperfeiçoamento de métodos que visam a celeridade no atendimento e padronização dos atos praticados pela estrutura auxiliar do Conselho;

Considerando a constatação pelas Unidades de Atendimento do aumento de solicitações de interrupção de registro, nas quais os profissionais alegam não registrarem ARTs, mesmo exercendo cargos ou funções técnicas em empresas;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

**DETERMINA,**

Art. 1º Os procedimentos necessários para interrupção de registro de profissionais no Crea-SP devem ser adotados conforme estabelecido neste instrumento administrativo.

**CAPÍTULO I  
DO REQUERIMENTO**

Art. 2º É facultado ao profissional que não exerça atividades nas áreas fiscalizadas por este Conselho, requerer a interrupção de seu registro, mediante apresentação dos seguintes documentos:

I - requerimento de Baixa de Registro Profissional - BRP, (anexo I desta Instrução), devidamente preenchido e assinado, que conterá declaração de sua inteira responsabilidade, quanto à:

a) não exercer atividades da área tecnológica das profissões abrangidas neste Sistema Confea/Creas, durante o período de interrupção do registro ora requerido;

b) não ocupar cargo ou emprego para o qual seja exigida formação profissional ou para cujo concurso ou processo seletivo tenha sido exigido título profissional de área abrangida pelo Sistema Confea/Creas;

c) não constar como autuado em processo por infração aos dispositivos do Código de Ética Profissional, em tramitação no Sistema Confea/Creas;

d) não possuir Anotações de Responsabilidades Técnicas – ARTs sem a correspondente baixa, consoante Res. 1.025 de 2009 do Confea;

e) estar ciente de que ao retornar ao exercício profissional da área tecnológica abrangida neste Sistema Confea/Creas restabelecerá a regularidade administrativa do registro, antes do início das atividades;

f) estar ciente de que a interrupção do registro profissional não implica em anulação de eventuais débitos, que deverão ser dirimidos na esfera competente em momento oportuno;

g) estar ciente de que, mesmo estando com seu registro interrompido, poderá sofrer ações decorrentes de seus atos praticados durante o período em que esteve



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

com registro ativo, podendo ser responsabilizado pelos atos consoante desfecho das eventuais apurações, com punições pecuniárias ou não;

h) caso possua processo de infração ou de natureza ética, não transitado em julgado, a interrupção do registro não será deferida; e

i) estar ciente de que, caso venha a realizar o exercício profissional da área tecnológica, abrangida neste Sistema Confea/Creas durante a interrupção do registro, estará sujeito à cessação imediata da interrupção do registro, por perda de direito, bem como eventuais penalidades previstas na Lei nº 5.194, de 1966 e nº 6.496, de 1977, e demais cominações legais na esfera administrativa ou judicial.

II - cópia autenticada, ou cópia simples acompanhada do original para efeitos de autenticação, da Carteira de Trabalho e Previdência Social- CTPS, referente às páginas de foto, dados pessoais, último contrato de trabalho e página seguinte em branco, comprovando que não exerce cargo afeto à fiscalização do Sistema Confea/Creas.

§1º O profissional não possuidor da CTPS deverá juntar declaração à parte, esclarecendo o motivo de não possuí-la, conforme modelo anexo II.

§2º No caso de possuir ARTs em aberto, deverá formular o pedido de baixa em requerimento à parte, relacionando todas as ARTs e informando o motivo da baixa.

## CAPÍTULO II

### DOS PROCEDIMENTOS PARA INTERRUÇÃO DO REGISTRO

#### Seção I

##### Da Análise do pedido

Art. 3º Toda documentação será analisada pela Unidade de Atendimento, receptora, que adotará as seguintes providências:

I – consultar a situação de registro e eventuais débitos existentes;



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

II - verificar se o motivo da interrupção do registro mencionado no requerimento é pertinente para prosseguir com a baixa do registro;

III - verificar se o cargo anotado na CTPS, caso esteja ativo, é da competência do Sistema Confea/Crea;

IV - verificar se o profissional baixou todas as ARTs em seu nome;

V - verificar se o profissional é responsável técnico por empresas;

VI - pesquisar o cadastro informatizado sobre eventual existência de processos de ordem SF ou E em andamento, em que o interessado figure como denunciado.

#### **Seção II**

#### **Do deferimento do pedido**

Art. 4º O pedido poderá ser deferido pelo gestor da Unidade de Atendimento, *ad referendum* da respectiva Câmara Especializada, quando forem atendidas as seguintes condições:

I - o formulário de requerimento (anexo I) tenha sido assinado e datado, bem como totalmente preenchido, comprovando o não exercício de profissões fiscalizadas pelo Sistema Confea/Creas;

II - não constarem ARTs em aberto em nome do profissional;

III - não constarem, em nome do interessado, processos por infração aos dispositivos do Código de Ética Profissional ou às Leis nº 5.194, de 1966, ou nº 6.496, de 1977, em tramitação no Sistema Confea/Creas;

IV - quando Arquiteto e Urbanista, e sendo possuidor de mais de um título além daquela formação, tenha declarado no preenchimento do formulário (anexo I) que não exerce atividade referente ao título remanescente registrado no Crea-SP;

V - tendo sido responsável técnico por empresas, tenha solicitado previamente a baixa pelas mesmas;

VI - registros apresentados da CTPS não apontarem ocupação de cargo ou função nas áreas fiscalizadas pelo Sistema Confea/Creas.



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

### CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

#### Seção III

##### Do Indeferimento do Pedido

Art. 5º O pedido será indeferido pelo gestor da Unidade de Atendimento, *ad referendum* da respectiva Câmara Especializada, quando não for cumprida qualquer uma das condições citadas no artigo 4º.

Art. 6º Da decisão de indeferimento caberá recurso por parte do profissional, que será submetido à Câmara Especializada pertinente.

Art. 7º No caso de indeferimento por constar, em tramitação, processo de infração ao Código de Ética Profissional ou às Leis nº5.194 ou nº 6.496, o interessado será comunicado a respeito, informando-o de que somente poderá efetuar outra solicitação de interrupção após o trânsito em julgado do respectivo processo.

#### Seção IV

##### Da Abertura de Processo Para Apuração de Atividades

Art. 8º Será iniciado e instruído processo de natureza "SF" para "apuração de atividades frente à solicitação de interrupção de registro" em nome do requerente nas seguintes situações:

I – formulário (anexo I) apresentar, como único motivo da interrupção, o registro no Conselho Regional de Química – CRQ, quando se adotar as seguintes providências:

a) efetuar diligências, através da fiscalização, no sentido de apurar as reais atividades desenvolvidas pelo requerente, conforme relatório padrão da Câmara Especializada de Engenharia Química – CEEQ;

b) encaminhar o processo, após instruído, à CEEQ para análise e decisão sobre a interrupção ou não do registro.

II – os registros da CTPS apontarem cargo ou função em que não seja possível identificar se a atividade desenvolvida está na abrangência dos Creas, quando se adotar os seguintes procedimentos:



## **SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

### **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

a) solicitar esclarecimentos da empresa empregadora, ou efetuar diligências e respectivo relatório da fiscalização para análise do gestor da Unidade de Atendimento, que concluirá sobre o deferimento ou indeferimento, conforme o caso;

b) permanecendo dúvida de natureza técnica, instruir e remeter o processo à Câmara Especializada da modalidade do profissional, para análise e decisão sobre a interrupção.

#### **Seção V**

##### **Dos Registros em Sistemas Informatizados**

Art. 9º Deferida a interrupção do registro, a Unidade de Atendimento efetuará a baixa do registro no cadastro deste órgão e no SIC, bem como procederá a atualização no sistema de protocolo.

Art. 10. No caso do indeferimento, a Unidade de Atendimento atualizará o sistema de protocolo.

#### **Seção VI**

##### **Das comunicações**

Art. 11. No caso de deferimento do requerido, após as devidas anotações no cadastro informatizado, as Unidades de Atendimento comunicarão o profissional por meio de ofício com aviso de recebimento – AR (anexo III), inclusive quanto a eventual(is) existência de débito(s), informando caracterização, valores, formas de regularização e demais elementos que permitam a ciência dos meios para eliminação da pendência.

Art. 12. No caso de indeferimento do requerido, as Unidades de Atendimento procederão à comunicação ao profissional por meio de ofício com aviso de recebimento – AR (anexo IV), inclusive quanto à eventual existência de processo(s) administrativo(s), informando tipo, número, assunto e demais elementos que permitam a ciência e o acompanhamento da tramitação.



## **SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

### **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Parágrafo Único. Em havendo processos em tramitação, as áreas, por eles responsáveis, deverão ser comunicadas, visando providências administrativas.

#### **Seção VII**

##### **Do encaminhamento da relação de referendo**

Art. 13. Cada Unidade, responsável pelas análises dos pedidos de interrupção de registro, providenciará relações mensais, contendo lista dos profissionais que obtiveram deferimentos ou indeferimentos, separadas por Câmara Especializada, conforme Anexo V desta Instrução.

Art. 14. As relações deverão ser mensalmente encaminhadas ao apoio administrativo das Câmaras Especializadas competentes, via sistema de protocolos, anexando o respectivo arquivo eletrônico, para referendo e conhecimento dos atos praticados.

#### **Seção VIII**

##### **Do arquivamento e demais providências**

Art. 15. Os documentos relacionados, mencionados no art.13, serão arquivados nas Unidades de Atendimento em processo "C" próprio tendo como assunto "baixa de registro profissional", com exceção daqueles que foram objeto de análise específica em processos.

Art. 16. No caso em que houver solicitação de baixa de ART em formulário à parte, cuja obra esteja em andamento, serão adotadas providências conforme procedimento específico.

Art. 17. No caso em que o profissional for responsável técnico por empresa, esta será comunicada, para nomeação de outro responsável técnico, e deverão ser efetuadas eventuais restrições de atividades no registro da empresa, caso a respectiva atividade ou modalidade da mesma não possua responsável técnico.

#### **CAPÍTULO III**

##### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Art. 18. Casos omissos serão analisados pelo Departamento de Registro – DRE/Supfis, que orientará a Unidade de Atendimento sobre as providências a serem adotadas, no caso concreto.

Art. 19. Este instrumento entra em vigor na data de sua divulgação.

Art. 20. Fica revogada a Instrução nº 2.357, de 30 de abril de 2003, bem como as demais disposições em contrário.

São Paulo, 17 de setembro de 2013.

Eng. Francisco Kurimori  
Presidente





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

**ANEXO I DA INSTRUÇÃO Nº 2560**

**REQUERIMENTO DE BAIXA DE REGISTRO PROFISSIONAL – BRP**

Sr. Presidente do Crea-SP, o profissional abaixo qualificado vem requerer a interrupção de seu registro neste Conselho referente ao título abaixo citado, pelo motivo que segue:

Nome: \_\_\_\_\_

N.º CREA-SP: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Título: \_\_\_\_\_

Motivo da interrupção de registro: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

DECLARA ainda:

I - não exercer atividades da área tecnológica das profissões abrangidas neste Sistema Confea/Creas durante o período de interrupção do registro ora requerido;

II - não ocupar cargo ou emprego para o qual seja exigida formação profissional ou para cujo concurso ou processo seletivo tenha sido exigido título profissional de área abrangida pelo Sistema Confea/Creas;

III - não possuir Anotações de Responsabilidades Técnicas – ARTs sem a correspondente baixa, consoante Resolução 1.025/09 do Confea;

V - estar ciente de que ao retornar ao exercício profissional da área tecnológica abrangida neste sistema Confea/Creas restabelecerá a regularidade administrativa do registro, antes do início das atividades;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

VI - estar ciente de que a interrupção do registro profissional não implica em anulação de eventuais débitos, que deverão ser dirimidos na esfera competente em momento oportuno;

VII - estar ciente de que, mesmo estando com seu registro interrompido, poderá sofrer ações decorrentes de seus atos praticados durante o período em que esteve com registro ativo, podendo ser responsabilizado pelos atos consoante desfecho das eventuais apurações, com punições pecuniárias ou não;

VIII - estar ciente de que, caso venha a realizar o exercício profissional da área tecnológica abrangida neste Sistema Confea/Creas durante a interrupção do registro estará sujeito à cessação imediata da interrupção do registro, por perda de direito; bem como eventuais penalidades previstas na Lei 5194, de 1966 e 6496, de 1977, e demais cominações legais na esfera administrativa ou judicial.

Documentação anexa:

☐

Cópia da CTPS

(assinalar X)

☐

Outros: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ (município) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (data) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ (assinatura) \_\_\_\_\_



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

**ANEXO II DA INSTRUÇÃO Nº 2560**

MODELO DE DECLARAÇÃO QUANDO O PROFISSIONAL NÃO POSSUIR CTPS

DECLARAÇÃO

Nome: \_\_\_\_\_

N.º CREA-SP: \_\_\_\_\_

Declaro para fins de interrupção de registro no Crea-SP, que não possuo CTPS- Carteira de Trabalho e Previdência Social.

\_\_\_\_\_ (município) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (data) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ (assinatura) \_\_\_\_\_



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

**ANEXO III DA INSTRUÇÃO Nº 2560**

**MODELO DE OFÍCIO AO INTERESSADO COMUNICANDO DEFERIMENTO DA INTERRUPÇÃO  
DO REGISTRO**

Ofício nº 000/13-(sigla da Unidade) (Cidade), \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_  
/iniciais

Processo/Protocolo nº

Prezado(a) Senhor(a),

Aos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia, instituídos pelo Decreto Federal nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e mantidos pela Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, compete orientar e fiscalizar o exercício das profissões do engenheiro, do agrônomo, do geólogo, do meteorologista, do geógrafo, do tecnólogo e do técnico de nível médio, com o fim de salvaguardar a sociedade.

2. Assim sendo, em atendimento ao seu pedido protocolado no Crea-SP conforme número em referência, comunicamos que foi providenciada a interrupção de seu registro neste Conselho.

3. Por oportuno, comunicamos que, no caso de voltar a exercer atividades nas áreas fiscalizadas pelo Sistema Confea/Creas, deverá imediatamente requerer a reabilitação de seu registro, para o regular exercício da profissão.

*(quando couber)*

4. Outrossim, informamos a existência dos débitos de anuidades referentes ao(s) exercício(s) de \_\_\_\_\_, devendo regularizá-las através de uma de nossas Unidades de Atendimento relacionadas no site [www.creasp.org.br](http://www.creasp.org.br), ou através do telefone 0800171811, sob pena de cobrança judicial através de Dívida Ativa da União.

Atenciosamente,

(nome e assinatura do gestor)  
(nº registro)  
(cargo) (Unidade)



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

**ANEXO IV DA INSTRUÇÃO Nº 2560**

**MODELO DE OFÍCIO AO INTERESSADO COMUNICANDO INDEFERIMENTO DA INTERRUPÇÃO  
DO REGISTRO**

Ofício nº 000/13-(sigla da Unidade) (Cidade), \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_  
/iniciais

Processo/Protocolo nº

Prezado(a) Senhor(a),

Aos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia, instituídos pelo Decreto Federal nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e mantidos pela Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, compete orientar e fiscalizar o exercício das profissões do engenheiro, do agrônomo, do geólogo, do meteorologista, do geógrafo, do tecnólogo e do técnico de nível médio, com o fim de salvaguardar a sociedade.

2. Assim sendo, em atendimento ao seu pedido protocolado no Crea-SP conforme número em referência, comunicamos que foi indeferida a interrupção de seu registro neste Conselho, por motivo de \_\_\_\_\_.

(preencher conforme o caso)

Atenciosamente,

(nome e assinatura do gestor)

(nº registro)

(cargo) (Unidade)



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

**ANEXO V DA INSTRUÇÃO Nº 2560**

MODELO DE RELAÇÃO DE REFERENDO PARA ENCAMINHAMENTO À CÂMARA

**RELAÇÃO DE PROFISSIONAIS COM SOLICITAÇÃO DE INTERRUPÇÃO DE REGISTRO**

RELAÇÃO Nº XXX/2013

PROCESSO C-XXX/XXXX VOLUME X

<UGI XXXXXXXXXX>

<b>CÂMARA ESPECIALIZADA DE .....</b>				
Nome	CREA-SP	Título profissional	Data de interrupção	Situação
Xxxxxx xx Xxxxx	5069999999	Eng. XXXXXXXX	00/00/0000	DEFERIDA
Yyyyyy Yyyyy	5079999999	Eng. XXXXXXXX	.-	INDEFERIDA

<cidade>, <data>

<assinatura do gestor>